

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**“VAI OUVIR A NOSSA VOZ”:  
REFORMA PSIQUIÁTRICA, PSICOLOGIA E POLÍTICA**

**PÂMELA DE FREITAS MACHADO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.**

**Porto Alegre  
Dezembro, 2012**

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**“VAI OUVIR A NOSSA VOZ”:  
REFORMA PSIQUIÁTRICA, PSICOLOGIA E POLÍTICA.**

**PÂMELA DE FREITAS MACHADO**

ORIENTADORA: Prof(a). Dr(a). HELENA BEATRIZ KOCHENBORGER SCARPARO

COORIENTADORA: Prof(a). Dr(a). ALINE REIS CALVO HERNANDEZ

Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração Psicologia Social.

**Porto Alegre  
Dezembro, 2012**

## RESUMO

A presente dissertação aborda as ressonâncias produzidas pelo processo da Reforma Psiquiátrica no que tange as concepções de política engendradas pelo (as) psicólogos (as) militantes deste movimento no Rio Grande do Sul. Para compreender os sentidos produzidos pelas trajetórias destes profissionais, realizou-se um estudo teórico e comparativo das bases epistemológicas e ontológicas propostas pela desinstitucionalização, bem como pelos paradigmas da psicologia social crítica e pelos estudos de Hannah Arendt. Os principais pressupostos desta filósofa foram fundamentais na discussão acerca da política na psicologia. Demonstrou-se a relevância deste aprofundamento teórico e prático neste campo de estudo, visto que os posicionamentos políticos fundamentam as práticas psicológicas. Além disto, verificou-se que emergem diversos questionamentos essenciais para se produzir transformações que estejam apoiadas em objetivos que preconizem o estabelecimento de direitos e o reconhecimento da diversidade humana. Ancorando-se neste diálogo interdisciplinar, construiu-se o segundo estudo que teve como mote a busca de pontos de contato e divergências nas narrativas dos (as) entrevistados (as). Esta análise suscitou dimensões temáticas que possibilitaram discutir as concepções de política e sugerir contribuições para a conceitualização de militância no campo da psicologia. A pesquisa histórica ao utilizar como fonte a produção de memórias, torna-se singular para a compreensão do passado no presente, desvelando silêncios e apagamentos produzidos pela oficialidade.

Palavras –chaves: Psicologia; Política; Reforma Psiquiátrica

**Área conforme classificação CNPq:** 7.07.00.00-1 - Psicologia

## ABSTRACT

This dissertation handle the resonances produced by the process of Psychiatric Reform regarding conceptions of politics with the origin by the psychologists militant of this movement in Rio Grande do Sul. To understand the meanings produced by the trajectories of these professionals, we made a theoretical and comparative study of epistemological and ontological bases proposed by deinstitutionalisation, as well as the paradigm of critical social psychology and the study of Hannah Arendt. The main assumptions of this philosopher were crucial in the discussion about the political psychology. We demonstrated the relevance of this theoretical and practical study in this field, since the political positions based psychological practices. In addition, it was found that several essential questions arise to produce transformations that are supported on goals that stipulate the establishment of rights and recognition of human diversity. Lean on in this interdisciplinary dialogue, we built up the second study that had as topic the search for points of contact and divergence in the narratives of the respondents. This review produced thematic dimensions that enabled discuss the conceptions of politics and suggest contributions to the conceptualization of militancy in the psychology field. The historical research when use as a source the produce of memories, it becomes natural to understand the past in the present, revealing silences and erasures produced by officialdom.

Keywords: Psychology, Policy, Psychiatric Reform

**Área conforme classificação CNPq:** 7.07.00.00-1 - Psicologia

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA .....	04
AGRADECIMENTOS.....	05
RESUMO.....	03
ABSTRACT.....	08
SUMÁRIO.....	05
1 INTRODUÇÃO .....	10
REFERÊNCIAS .....	14
<b>SEÇÃO 1 - Reforma Psiquiátrica, Psicologia e Política: aproximações Epistemológicas em Hannah Arendt.....</b>	<b>16</b>
NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	17
2 OS CONTOS DA OFICIALIDADE.....	17
2.1 <i>Trajetória da Reforma Psiquiátrica Italiana</i> .....	17
2.2 <i>Trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira</i> .....	23
3 CONTANDO O NOSSO CONTO.....	26
3.1 <i>O ponto do nosso conto: concepções arendtianas.....</i>	26
3.2 <i>Construindo o nosso conto: O que Hannah Arendt tem a ver com a desinstitucionalização e com a Psicologia Social?.....</i>	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37
<b>SEÇÃO 2 - Narrativas do silêncio: Movimento da Luta Antimanicomial, Psicologia e Política.....</b>	<b>41</b>
INTRODUÇÃO.....	41
2 QUE CAMINHO É ESSE? CENÁRIO ATUAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	42
3 COMO ESTAMOS CAMINHANDO? MOVIMENTO DA LUTA ANTIMANICOMIAL.....	46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: QUANDO SE ESCOLHE O CAMINHO.....	47
4.1 <i>A escolha pela História oral.....</i>	47
4.2 <i>Coleta das Narrativas.....</i>	48
4.3 <i>Análise de Narrativas.....</i>	49

5 TECENDO SENTIDOS NO CAMINHO: ANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA COLETIVA.....	51
5.1 <i>Quando os sentidos produzem o caminho: concepções de política e militância</i> .....	67
BREVES CONSIDERAÇÕES.....	71
REFERÊNCIAS.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O imaginário associado ao conceito de política é repleto de imagens de manifestações coletivas, palavras de ordem e lemas com frases de efeito para que o desejo e o sentimento de indignação se espalhem e potencializem mudanças. “Vai ouvir a nossa voz!” foi o lema da marcha dos usuários pela Reforma Psiquiátrica antimanicomial em Brasília, no ano de 2009 e traduz a necessidade de estabelecer espaços de escuta para além da oficialidade. Esta afirmação pode ser significada também como um apelo a todas as áreas que pensam, produzem e trabalham com a saúde mental.

Ser psicóloga e trabalhar no campo das políticas sociais contemporâneas no Brasil tem mostrado circunstâncias e imposto problemas para as práticas que nem sempre (ou nunca) se resolvem estudando manuais e examinando o teor das normativas. O contexto é impalpável para quem não o habita: as relações são imaginadas, as ações são previstas e, como decorrência, quando pensamos os efeitos encontramos o produto de uma fantasia.

Acompanhar o cotidiano do sofrimento da população e suas ações para suprimi-lo ou minimizá-lo é, antes de tudo, um desafio, pois nos joga do lugar de quem observa e explica para o espaço de articular-se no coletivo: compor com, visibilizar contradições, dinamizá-las... pensar o político e/ou fazer a política.

Desse modo, o presente estudo pode ser qualificado como um modo de enfrentamento desse desafio. Na medida em que buscamos sentidos de política presentes em memórias de resistência, de luta e, também, de acomodação, passamos a estabelecer nexos entre o que passou, o que se vive e o que está por vir. Portanto, passamos a diluir as fragmentações que dissociam tempo e existência. No presente caso, incorporamos memória política e produção de políticas de existência, pautadas em projetos sociais de igualdade.

Atualmente, no Brasil, as perspectivas das políticas públicas propõem a diminuição das desigualdades sociais. Tal fato subsidia espaços de acesso a bens e serviços, antes quase inatingíveis para determinadas parcelas da população. Por exemplo, o SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), através do seu princípio de universalidade, preconiza que qualquer cidadão (a) brasileiro (a) tem o direito de acesso ao cuidado em saúde (Portal da Saúde, 2012). Do mesmo modo, o SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS), dita que grande parcela da

população, antes praticamente desassistida, tem assegurado por lei, o direito à alimentação e à moradia, entre outros. Esta configuração, através de políticas públicas sociais vem promovendo mudanças, também, nas diversas profissões preconizadas como fundamentais para a implementação destes serviços.

Especificamente na esfera das práticas psicológicas, tais circunstâncias fazem emergir muitos questionamentos, pois historicamente a formação de psicólogos e de psicólogas esteve direcionada à clínica individual, privada e a uma abordagem que privilegia aspectos intrapsíquicos do sujeito. Essa descrição é confundida ou nominada erroneamente muitas vezes como distanciada da dimensão política, o que dissimula e, ao mesmo tempo, impõe a não problematização dos modos como se distribui o poder nas relações sociais. Ao mesmo tempo, as demandas contemporâneas para a profissão no Brasil, no campo das políticas públicas, enfatizam a necessidade de buscar a integralidade, o que significa apoiar-se numa visão de ser humano simultaneamente individual e coletiva e que é sobretudo complexa. Assim, tornou-se urgente refletirmos em paralaxe (Zizek, 2008) acerca de um fazer que pode desacomodar, visto que rompe com algumas formas de praticar e pensar a psicologia.

No entanto, esta desacomodação frente ao trabalho legitimado da psicologia não é um movimento apenas da atualidade. O próprio movimento da antipsiquiatria, que tinha por objetivo problematizar a concepção de loucura, foi base para a constituição de propostas transformadoras das práticas psicológicas, dentre essas, a Reforma Psiquiátrica (Duarte Junior, 1953). É necessário, portanto, contextualizar tais mudanças, que estão calcadas em marcos de nossa história, como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorrida no pós-guerra. Este documento legitima a noção de um sujeito visto como cidadão, detentor de responsabilidades e direitos.

No que tange ao contexto brasileiro, estes disparadores tiveram importante repercussão nos anos setenta, apesar da repressão imposta pela ditadura vigente na época. Ressalta-se que nesse período, tanto global quanto localmente, movimentos sociais questionavam as lógicas institucionalizadas de então. Estudantes e profissionais, influenciados por movimentos sociais como o movimento feminista e o movimento estudantil passaram a refletir sobre o sentido e o significado de suas práticas (Machado e Scarparo, 2010). Cabe destacar o Movimento Sanitarista que buscava propor reformulações acerca da saúde pública

e, evidentemente, o Movimento da Luta Antimanicomial. Estabeleceu-se uma rede de movimentos que contribuiu para a consolidação de uma carta constitucional marcada pelo desejo de conquista de territórios de cidadania e, como decorrência, de políticas públicas direcionadas para a igualdade. Impõe-se, então, o desafio de refletir sobre nosso posicionamento como psicólogos e psicólogas que trabalham nestes espaços.

Tal desafio é intensificado pelo fato de que historicamente, nossa profissão é marcada por um distanciamento artificial das transformações políticas e sociais do Brasil. Isso se evidencia num estudo atento da historiografia da psicologia brasileira que, além mostrar lacunas, é marcada pela descrição de compromissos com interesses elitistas e pela carência de ações direcionadas à transformação das desigualdades brasileiras. Assim, tem se consolidado uma ciência e uma profissão que favorecem o controle, a classificação e, como decorrência, o preconceito e a exclusão (Bock, 2004).

Nessa perspectiva, a formação na área tem se baseado no projeto de um profissional alheio os contextos humanos, que acredita que trabalhar com um fragmento – o intrapsíquico - pode ser suficiente para responder às demandas de sujeitos em sofrimento (Machado e Scarparo, 2010). Ao mesmo tempo, reflexões críticas sobre essas práticas nas circunstâncias históricas e políticas globais e locais provocaram anseios pela construção de outros modos de produzir psicologia, de compreender e abordar o humano. Dentre esses, destacamos a perspectiva da Reforma Psiquiátrica, para a qual o contexto social, cultural e político implicava uma relação dialógica com as práticas da psicologia (Rotelli, Leonardis; Mauri e Risio, 2001).

Neste sentido, militantes da referida Reforma colocaram em discussão a necessidade e a importância de se estabelecer relações dialógicas tendo em vista as articulações entre psicologia e política, visto que foi esta interface que possibilitou mudanças significativas no campo da saúde mental em todo o País. A partir desta proposta, portadores de sofrimento psíquico poderiam ter a oportunidade de se perceber como sujeitos dignos de direitos e como seres humanos livres para fazer escolhas.

No entanto, este cenário ainda luta por reconhecimento, especialmente se considerarmos que a formação de psicólogo (a) e o imaginário profissional mantém práticas legitimadoras de espaços que privilegiam o individualismo e, por isso, visões

fragmentadas de ser humano. Contudo, esta forma de atuação e pensamento, muitas vezes, não se compatibiliza com os espaços das políticas públicas destinados aos psicólogos (as). Deste modo, a presente dissertação aborda as ressonâncias produzidas pelo processo da Reforma Psiquiátrica, como elemento tensionador da formulação de políticas públicas no campo da saúde mental e produtor de experiências na política. Pergunta-se sobre as concepções de política engendradas pelo (as) psicólogos (as) militantes deste movimento no Rio Grande do Sul.

Conforme o modelo de dissertação proposto pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Psicologia desta Universidade, além desse texto introdutório e de considerações finais gerais, o trabalho deve contemplar dois textos, no formato de artigos a serem submetidos a periódicos da área.

Para tanto, no primeiro texto realizou-se um estudo para estabelecer uma aproximação entre a desinstitucionalização psiquiátrica, alguns pressupostos da filósofa Hannah Arendt e da Psicologia Social Crítica. Esta comparação demonstrou que algumas perspectivas defendidas nestas três vertentes acabam ficando fragmentadas e invisíveis em uma sociedade marcada pelo particularismo e pelo interesse individual. Desta forma, torna-se fundamental possibilitar trabalhos interdisciplinares que potencializam a visão de ser humano como agente atuante e capaz de transformar e produzir mudanças no mundo. Diante deste aspecto, os pressupostos arendtianos adquirem grande relevância e se caracterizam como argumentos desta abordagem que também estão presentes na Reforma Psiquiátrica e na Psicologia Social Crítica.

No segundo estudo, realizou-se uma pesquisa histórica e qualitativa, ancorada na compreensão das memórias através da história oral e da análise de entrevistas narrativas (Jovchelovitch & Bauer, 2002). Deste modo, entrevistou-se psicólogos e psicólogas militantes do movimento da Luta Antimanicomial e do processo da Reforma Psiquiátrica gaúcha, com o intuito de construir uma trajetória coletiva que pudesse compreender as concepções de política e militância destes profissionais. Desta forma, salientou-se três temáticas que foram pontos de contatos em todas as narrativas dos participantes: apagamentos e silêncios; (des)acomodações e resistências. Estas dimensões aportaram discussões acerca do conceito de política e militância, tendo como mote também as concepções de Hannah Arendt.

Neste contexto, esta pesquisa se colocou como uma possibilidade de pensar as práticas da psicologia, compreendidas como um processo histórico e político. Não se formulou respostas lineares, mas pudemos realizar diálogos que cada vez se tornam mais caros à psicologia, como é o caso do posicionamento ético e político de nossas práticas psicológicas, pensando o ser humano como complexo e coletivo. Acredita-se, deste modo, que estes desafios podem contribuir para refletirmos acerca dos profissionais que estamos nos constituindo e do caminho que estamos trilhando.

## REFERÊNCIAS

Bock, A. (2004). *A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a Psicologia atual*. Psicologia para América Latina. Disponível em <[http://psicolatina.org/Uno/a\\_perspectiva\\_historica.pdf](http://psicolatina.org/Uno/a_perspectiva_historica.pdf)>. Acesso em 10 de dezembro de 2012.

Brasil, Ministério da Saúde (2011). *Legislação do SUS*. Brasília, D.F. Disponível em <[www.portalsaude.saude.gov.br](http://www.portalsaude.saude.gov.br)>. Acesso em 07 de setembro de 2012.

Duarte Junior, J. F. (1953). *A política da loucura: (a antipsiquiatria)*. 3. Ed. Campinas: Papirus.

Machado, P.; Scarparo, H. (2010). *Golpe civil-militar: a psicologia e o movimento estudantil do Rio Grande do Sul*. Memorandum, v.19, p. 225-238. FAFICH: UFMG.

Rotelli, F.; Leonardis, O.; Mauri, D.; Risio, C. (2001). *Desinstitucionalização, uma outra via*. In: Nicácio, F. (org.) *Desinstitucionalização*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC.

Zizek, S. (2008). *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando era menina ficava na sacada da casa da minha avó, que era em frente a praça de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Nas várias horas que passava sentada naquele lugar, olhando as diversas pessoas que circulavam por lá, imaginava como eram suas vidas, no que trabalhavam, o que gostavam de fazer, o que pensavam, enfim, acabava construindo as minhas próprias histórias. Eu tinha não só curiosidade, mas desejo de fazer parte daquele mundo onde as pessoas circulavam rapidamente para chegar em seus destinos; onde provavelmente tinham muitos afazeres e, diante disso, acreditava que deviam ser importantes, necessárias nos diversos espaços que não eu sabia quais eram, porém também queria ser uma delas.

Com o tempo, fui aprendendo que para circular rapidamente na praça, eu precisava ter “estudo” – como afirmava meu pai, ou “ter um bom casamento” como ouvia na família, ou “ter um sobrenome importante”, enfim, por vezes me parecia difícil circular por aquele lugar. A praça parecia estar mais distante do que pensava. Contudo, o desejo era maior e, por vários motivos que outrora poderia relatar, passei a perceber que a formação seria o caminho mais viável para então circular na tão sonhada praça.

Quando já estava no caminho que me indicaram e sonhando a todo instante em ser uma daquelas pessoas importantes que quase corriam de um lado para outro, percebi que na praça existiam alguns seres humanos que não tinham estudo, nome e nem sobrenome, tampouco andavam aceleradamente, pelo contrário, dormiam na praça. As pessoas importantes, na sua rapidez cotidiana pareciam conviver, mas não enxergar aqueles que também faziam parte da praça. Imaginei pra onde iriam, mas estavam ali, não iriam.

Descobri que existiam muitas outras formas de ser uma pessoa importante que circula na praça, formas estas que talvez nem na minha mais fantasiosa e ingênua imaginação poderia prever. Porém pude ver que para morar na praça você precisa apenas não ser uma pessoa importante. Assim, a construção da minha formação não teve mais a pretensão de circular, mas sim descobrir como é morar na praça, ainda que para ser importante você deveria circular e, preferencialmente com muita pressa e sem olhar para os lados.

Entre esses caminhos, o que venho construindo é a possibilidade de olhar para o mundo das pessoas que não só circulam, mas moram, habitam, convivem, compartilham, enfim, desejei através da minha pesquisa dialogar com a “nossa praça”, de poder compreender como podemos utilizar nosso conhecimento e nossa motivação em prol de uma praça na qual as pessoas se olhem, conversem, troquem, discutam, etc. Neste sentido, esta pesquisa buscou compreender como algumas pessoas importantes conseguiram se aproximar destes moradores; o que as desacomodou para olharem para os lados, ainda que as regras da praça fossem para que seguissem adiante. Estes posicionamentos diferentes possibilitaram que muitas delas ainda pudessem gritar que era preciso parar e olhar; era necessário rever determinadas regras da praça. Esta diferença, esta impossibilidade de consenso, diz do que Arendt chama de política. Não desejo que na praça não tenham pessoas importantes que circulem, mas acredito que possamos nos encontrar em algum brinquedo, em algum banco e falar, dialogar.

Deste modo, tive a pretensão de olhar para os arredores dessa praça e, quem sabe dialogar com as “pessoas importantes” que circulam por lá. É por essa psicologia dialógica, militante e transformadora que continuarei a lutar nas diversas praças por onde passar.